PODER

Escapada não leva à decretação de prisão

Especialistas apontam que descumprimento de ordem judicial pode justificar novas medidas cautelares contra Flávio, enquanto investigações seguem no STF

» ALÍCIA BERNARDES

Ricardo Arduengo /AFP



Processos contra Flávio Bolsonaro prosseguirão, apesar da fuga do senador para os Estados Unidos

A fuga do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) do Brasil, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que o proibia de deixar o país, pode ter consequências para as investigações criminais às quais ele responde. Juristas ouvidos pelo **Correio** avaliam que o descumprimento de determinações judiciais pode levar à revisão das medidas cautelares e à adoção de novas diligências. Uma eventual prisão, porém, depende de requisitos legais e enfrenta restrições constitucionais específicas por se tratar de um parlamentar em exercício.

A Polícia Federal (PF) informou, ontem, que investiga as circunstâncias do descumprimento da ordem judicial. Os passaportes comum e diplomático de Flávio foram cancelados, e um alerta migratório foi inserido no sistema de controle de fronteiras. A corporação ressaltou que a restrição de documentos de viagem, isoladamente, não caracteriza formalmente alguém como foragido nem autoriza a prisão.

Professor de direito e processo penal do Ibmec, Tédney Moreira explica que o descumprimento de uma obrigação imposta pela Justiça pode justificar o reforço das medidas cautelares. Entre as possibilidades estão novas restrições de deslocamento, comparecimento periódico às autoridades e outras providências adequadas ao caso. Segundo ele, se ficar demonstrado que Flávio deixou o país deliberadamente para evitar a atuação judicial, a conduta poderá ser considerada um elemento concreto de risco à aplicação da lei penal.

O especialista ressalta, contudo, que a saída do país não comprova, por si só, os crimes investigados. A análise deve considerar as circunstâncias da viagem, a natureza da ordem judicial e os riscos efetivos para a investigação. A prisão preventiva não decorre automaticamente do descumprimento: exige fundamentação jurídica e o preenchimento dos requisitos previstos no Código de Processo Penal.

A condição de senador acrescenta uma particularidade ao caso. O artigo 53 da Constituição Federal estabelece que deputados e senadores, desde a diplomação, só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável. Nessa hipótese, os autos devem ser encaminhados à respectiva Casa legislativa em até 24 horas, para que os parlamentares deliberem sobre a prisão.

A advogada constitucionalista e professora universitária Lívia Medeiros destaca que a análise precisa respeitar as particularidades de cada investigação. Segundo ela, os procedimentos podem resultar em novas diligências, arquivamento ou oferecimento de denúncia pelo Ministério Público. Caso a acusação seja apresentada e recebida pela Justiça, começa a ação penal, com produção de provas e oportunidade para a defesa se manifestar.

No inquérito relacionado ao financiamento do filme *Dark Horse*, sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro, a apuração precisa esclarecer a origem dos recursos, a natureza das operações e a existência de eventual irregularidade. Flávio nega ter cometido ilegalidades no pedido de financiamento privado.

A permanência do senador nos Estados Unidos também pode exigir mecanismos de cooperação internacional para a realização de diligências, obtenção de informações e cumprimento de atos processuais. Moreira ressalta que eventual extradição depende de fundamento jurídico próprio, pedido formal e atendimento às exigências legais e aos tratados aplicáveis. O cancelamento de passaportes brasileiros, por si só, não equivale a um mandado internacional de prisão.

O professor de direito constitucional David Sobreira, da Universidade Christus (Unichristus), avalia que a distância pode dificultar a atuação das autoridades brasileiras. Na análise dele, a continuidade dos procedimentos dependerá dos instrumentos jurídicos disponíveis e da possibilidade de realizar atos processuais mesmo com o investigado no exterior. A situação, entretanto, não impede automaticamente o avanço das apurações ou eventual apresentação de denúncia.

Outro ponto envolve o fim do mandato parlamentar, previsto para fevereiro de 2027. De acordo com Lívia Medeiros, o encerramento do mandato não extingue investigações nem elimina eventual responsabilidade criminal. A definição do tribunal competente depende da relação entre os fatos apurados e o exercício da função pública, conforme o entendimento do STF sobre a manutenção do foro em determinadas hipóteses.

» Trump despista

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, evitou ontem se envolver na turbulência pós-eleitoral no Brasil após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) desembarcar no território americano e se declarar, numa carta golpista, o "verdadeiro presidente eleito" brasileiro. "Bem, não vou fazer comentários sobre isso, mas sei que demos a ele permissão para entrar no país; então, vamos ver", disse Trump a repórteres ao ser questionado sobre a manifestação de Flávio. "Mas não vou me envolver. Foi uma eleição muito estranha, isso é certo."

Empresa investigada

O avião de luxo usado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para viajar aos Estados Unidos com a família pertence à Baires Fly S.A., empresa envolvida em uma investigação sobre propinas e fraudes em compras públicas de medicamentos e materiais médicos no governo do presidente argentino, Javier Milei.

A Baires Fly aparece em uma investigação iniciada em 2025 que se tornou um dos principais escândalos do governo da Argentina. Entre 2023 e outubro de 2025, um grupo teria atuado na Agência Nacional para a Deficiência (Andis, na sigla em espanhol), órgão federal responsável por políticas destinadas a pessoas com deficiência, para fraudar licitações, direcionar contratos e pagar propinas em compras de medicamentos e equipamentos médicos.

O jato Gulfstream G400 tem capacidade para 13 passageiros. Entre as comodidades estão seis camas, cozinha, cafeteira, serviço de comissário de bordo e refeições gourmet

Há aviões do mesmo modelo à venda por valores entre R$ 48 milhões e R$ 187 milhões, a depender do ano de fabricação, das atualizações e do estado das aeronaves. O custo do fretamento da viagem foi estimado entre R$ 414 mil e R$ 1 milhão, dependendo das taxas e do trecho percorrido.

Se EUA apoiaram, é "gravíssimo"

» BEATRIZ VASCONCELOS*

Ed Alves/CB/D.A Press



Roberto Goulart: eleição de Lula não sinaliza uma postura anti-EUA

Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Goulart comentou a fuga do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para os Estados Unidos — após ser derrotado na eleição presidencial — e ressaltou que falta entender melhor se a saída do parlamentar foi de última hora ou se estava planejada para o caso de revés nas urnas.

Para Goulart, se houver a confirmação de que a fuga contou com suporte logístico fornecido diretamente pelos Estados Unidos e por aliados, o fato é "gravíssimo", pois confere a Flávio o status de protegido político. As declarações foram dadas às jornalistas Samanta Sallum e Sibele Negromonte, no programa *CB.Poder*, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

Goulart destacou que Flávio Bolsonaro chegou ao país norte-americano "com todo o conforto". Antes mesmo de o senador entrar com o pedido de asilo, o presidente Donald Trump informou que concederia visto para ele, a esposa e as filhas. O republicano ainda não reconheceu a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições.

No âmbito das relações diplomáticas, Goulart esclareceu que não reconhecer a vitória de um presidente é visto como um ato hostil e considerado uma regra informal. Apesar de ter declarado que gosta de Lula, o norte-americano lançou dúvidas sobre o processo eleitoral brasileiro ao dizer que "parece que houve fraude", sem apresentar provas.

"Pode ser que essa hostilidade seja seguida de outras medidas, como a retomada de tarifas sobre produtos brasileiros e dificuldades na obtenção de vistos para brasileiros estudarem nos Estados Unidos", disse Goulart.

Ele ressaltou que a eleição de Lula não sinaliza uma postura anti-Estados Unidos por parte do Brasil, já que nenhuma política externa adotada pelos governos Lula teve caráter antiamericano.

O especialista lembrou que existe uma pendência por parte do Brasil de aceite ao nome do embaixador Daniel Peres, indicado em junho pelo governo norte-americano. Para ele, aceitar seria um gesto importante do governo, a não ser que fique comprovado que a embaixada dos EUA no país teve relação com a saída de Flávio.

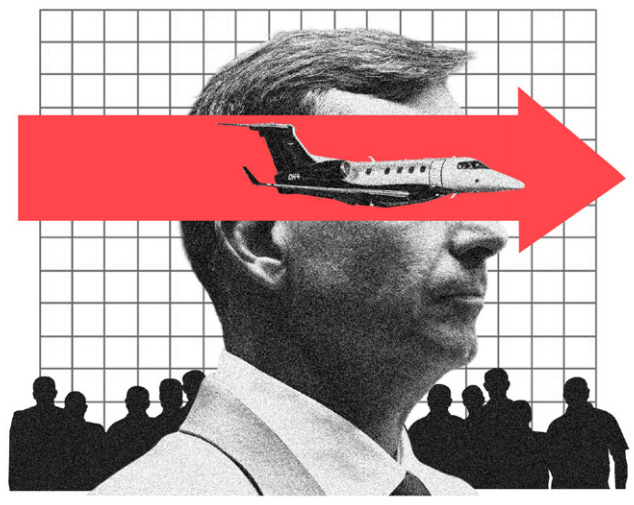
*** Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula tira por menos a fuga de Flávio, mas subestimar Bolsonaro é um erro

O autoexílio de Flávio Bolsonaro nos Estados Unidos pode custar ao senador prestígio entre aliados, mas seria um erro do governo Lula confundir sua fuga com a desarticulação do bolsonarismo. A distância física não elimina a capacidade de mobilização de um movimento de massas, de características messiânicas, sobretudo quando um de seus principais representantes encontra acolhimento na maior potência mundial. A associação com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, mesmo sem passar recibo, deve ser considerada um problema político e diplomático, cujo alcance ultrapassa o destino do candidato derrotado.

Ao chegar aos Estados Unidos, Flávio agradeceu a Donald Trump e ao presidente argentino, Javier Milei, alegou fraude eleitoral e apresentou sua saída como reação a uma perseguição política. Proclamou-se o verdadeiro presidente eleito do Brasil. A declaração parece estapafúrdia, mas tem a finalidade de tratar a derrota nas urnas como uma usurpação do poder e sua escapada como uma estratégia de resistência. A fuga deve ser avaliada pela repercussão entre os seguidores, para os quais a denúncia de perseguição confirma convicções anteriores.

É aí que mora o perigo. A narrativa dispensa provas porque oferece uma explicação emocionalmente conveniente para a derrota. seu eleitor não teria perdido; fora roubado. Flávio não teria abandonado o país, mas preservado sua liberdade para continuar a luta. No episódio, Alexandre de Moraes volta a ocupar o lugar de inimigo central, enquanto as instituições eleitorais são apresentadas como instrumentos do adversário. O aparente absurdo funciona como linguagem de pertencimento e combustível para novas mobilizações.

A ausência de reconhecimento da vitória de Lula pela Casa Branca, nesse contexto, amplia o espaço político para a rearticulação da oposição no Congresso, nas redes sociais e nas ruas, mesmo que a derrota seja sempre corrosiva. Segundo relatos de aliados de Flávio, integrantes do governo americano aguardaram sua posição sobre o resultado antes de definir a própria manifestação. Isso recomenda cautela diante da hipótese de que Washington tratará a presença do senador como assunto exclusivamente humanitário. Seus canais políticos com a administração Trump foram fortalecidos pela grande votação que obteve, mesmo derrotado.

A parceria com Rubio acrescenta densidade a essa ameaça. Pautas bolsonaristas podem se associar a pressões comerciais, disputas sobre segurança e ataques ao Judiciário. Essa convergência oferece instrumentos para envenenar a relação entre Trump e Lula, mesmo quando os dois presidentes demonstram disposição para conversar. Relações pragmáticas entre Estados podem sobreviver a conflitos dessa natureza, mas sua manutenção exigirá muito trabalho diplomático. Nada acontecerá por inércia na normalização das relações.

Também é prematuro afirmar que a fuga deixou a oposição acéfala e abriu caminho para uma substituição rápida de comando. O bolsonarismo continua tendo Jair Bolsonaro como principal referência. Sua capacidade de transferir votos, fixar inimigos e estabelecer os limites de atuação dos aliados não desaparece com a prisão domiciliar. A permanência de Lula e do PT no governo, por sua vez, preserva o antagonismo que organiza o bolsonarismo e permite reunir interesses distintos sob uma identidade comum.

Poder instalado

Os resultados legislativos dimensionam essa força. A partir de 2027, o PL terá 29 senadores e 121 deputados federais, as maiores bancadas das duas Casas. Comandará seis governos estaduais: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima. Essa estrutura significa recursos, exposição pública, influência territorial e capacidade de condicionar a agenda do Congresso. A derrota presidencial coexistiu com uma expressiva acumulação de poder institucional.

Entre os novos senadores estará Carlos Bolsonaro, eleito por Santa Catarina, cuja atuação nas redes ajuda a compreender a continuidade entre organização familiar e mobilização digital. Michelle Bolsonaro também chegará ao Senado, mantendo-se como elo mais forte entre o bolsonarismo e os evangélicos. A família conservará tribunas, mandatos e instrumentos de intervenção no debate público. A presença de Flávio nos Estados Unidos pode acrescentar uma frente internacional a essa estrutura, ainda que produza atritos internos e desgaste sua autoridade entre dirigentes que permaneceram no Brasil.

Tarcísio de Freitas e Michelle têm luz própria e projetos pessoais. Rogério Marinho dispõe de experiência, trânsito parlamentar e capacidade de articulação. Nenhuma dessas qualidades, porém, resolve automaticamente o problema da sucessão. Todos dependem, em graus diferentes, do eleitorado e da legitimidade conferida pelo bolsonarismo. Podem disputar sua direção, adaptar sua linguagem e ampliar suas alianças. Constituir, no curto prazo, uma alternativa que o substitua exigiria romper dependências que também sustentam suas ambições.

Há ainda interesses econômicos americanos em jogo nas decisões brasileiras sobre mercados, plataformas digitais, energia e comércio. Seria simplista presumir que todos apoiam Flávio, mas suas conexões políticas podem servir de ponte entre essas agendas e a pressão sobre Brasília. A política externa independente e multilateralista de Lula torna inevitáveis as divergências com a Casa Branca. O governo precisa defender a soberania, preservar o diálogo e compreender a força social do adversário. Subestimar o bolsonarismo seria facilitar sua reorganização.